

PONTO DE VISTA

- 227 Lei das Estatais, políticas públicas e exercício de preferências nas licitações
Suzana Maria Rossetti

DOCTRINA

- 231 A fixação dos salários a serem pagos aos empregados terceirizados como critério de aceitabilidade de propostas nas licitações para serviços continuados
Luiz Cláudio de Azevedo Chaves
- 239 As condições de pagamento
Egon Bockmann Moreira
Fernando Vernalha Guimarães
- 250 A interpretação da exigência prevista no § 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93 no procedimento licitatório na modalidade pregão
Roberta Alves de Castro

ORIENTAÇÃO PRÁTICA

- 254 Lei nº 13.303/16 – É possível a contratação de serviços advocatícios por dispensa de licitação em razão do valor?
- 261 Considerações sobre a exigência de declaração de solidariedade do fabricante como condição para participação no certame
- 268 É possível a contratação direta de entidade do Sistema S pela Administração Pública com fundamento no art. 24, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93?
- 275 A ausência de designação formal do servidor responsável pela fiscalização do contrato pode ser convalidada?
- 278 Contratação de programas de informática – Análise sobre a aplicabilidade da prorrogação prevista no art. 57, § 4º, da Lei de Licitações
- 287 É possível a alteração da composição dos consórcios durante a execução contratual?

PERGUNTAS E RESPOSTAS

- 294 1. Em processo de aquisição de imóvel com fundamento no art. 24, inc. X, da Lei nº 8.666/93, é possível contratar mais de uma avaliação do imóvel, no intuito de evitar distorções quanto ao valor?
- 296 2. É possível que um contrato para aquisição de produtos, com entrega em duas parcelas (30 e 60 dias), tenha sua execução suspensa por interesse público decorrente de fato superveniente? A regra do art. 78, inc. XIV, da Lei nº 8.666/93 aplica-se exclusivamente aos contratos de obras e serviços ou também aos de compra?

- 298 3. A Administração pode realizar procedimento para homologação de marcas de forma a permitir a participação na licitação apenas das previamente homologadas? Qual o procedimento e as cautelas a serem observados?
- 301 4. Em processo de registro de preços, o órgão gerenciador pode não ter demanda/quantitativo próprios?
- 303 5. De acordo com os regulamentos do Sistema S, é possível dar continuidade a um pregão com apenas um licitante?
- 305 6. Quais os critérios de desempate previstos na Lei das Estatais e qual a ordem de sua aplicação?
- 306 7. É possível manter ou prorrogar contrato de locação de imóvel cujo contratado esteja em situação de irregularidade fiscal?
- 308 8. No intuito de minimizar eventuais prejuízos advindos de obras mal executadas, é legal a previsão no edital e na minuta do contrato, de retenção de percentual de 10% do pagamento de cada fatura apresentada, para devolução ao final do contrato, condicionada ao recebimento definitivo da obra? Em se tratando de estatal, a Lei nº 13.303/16 autorizaria esse tipo de exigência?
- 311 9. De acordo com o art. 71 do Decreto nº 8.945/16, quais as regras da Lei nº 13.303/16 são autoaplicáveis e quais dependem de regulamentação? Quais as repercussões dessa disciplina?
- 313 10. A Administração promotora de licitação pode determinar a extensão dos efeitos da suspensão do direito de licitar e contratar (art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666/93) aplicada à licitante, optando por adotar entendimento similar ao do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal de Contas da União?

316 JURISPRUDÊNCIA

324 TRIBUNAIS DE CONTAS

332 LEGISLAÇÃO

333 BLOG ZÊNITE